

Demonstrações financeiras

Concessionária Águas de Condessa S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Condessa S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às Demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Águas de Condessa S.A.
Petrópolis - RJ

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da Águas de Condessa S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, de Condessa S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As Demonstrações financeiras da Águas de Condessa S.A. para o período de 22 de maio de 2020 (data de constituição da Concessionária) a 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas Demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Águas de Condessa S.A.

Balances patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	64	1
Contas a receber de clientes	7	3.238	-
Estoques	8	119	31
Despesas antecipadas		57	-
Créditos com partes relacionadas	17	11	-
Tributos a recuperar		9	-
Adiantamentos a funcionários		1	7
		<u>3.499</u>	<u>39</u>
Não circulante			
Tributos diferidos	15	-	79
Depósitos judiciais	16	143	-
Ativo de direito de uso	9	4	-
		<u>147</u>	<u>79</u>
Imobilizado	10	304	109
Intangível e ativo de contrato	11	14.939	10.110
		<u>15.390</u>	<u>10.298</u>
		<u>18.889</u>	<u>10.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Condessa S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	322	85
Empréstimos e financiamentos	13	13.234	-
Arrendamentos	13	4	-
Obrigações tributárias	14	123	-
Obrigações trabalhistas		357	3
Ônus da concessão		12	-
Débitos com partes relacionadas	17	92	5
Outros exigíveis		78	-
		<u>14.222</u>	<u>93</u>
Não circulante			
Contratos de mútuo	17	948	10.853
		<u>948</u>	<u>10.853</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		5.010	10
Prejuízos acumulados		(1.291)	(619)
		<u>3.719</u>	<u>(609)</u>
		<u>18.889</u>	<u>10.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Condessa S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período compreendido entre 22 de maio de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	19	16.782	-
Custo dos serviços prestados	20	(10.624)	-
Lucro bruto		6.158	-
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(5.917)	(690)
Outras receitas operacionais	22	53	-
		(5.864)	(690)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		294	(690)
Receitas financeiras	23	161	-
Despesas financeiras	23	(1.048)	(8)
Resultado financeiro		(887)	(8)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição		(593)	(698)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15b	(79)	79
Prejuízo do exercício/período		(672)	(619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Condessa S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período compreendido entre 22 de maio de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(672)</u>	<u>(619)</u>
Total do resultado abrangente do exercício/período	<u><u>(672)</u></u>	<u><u>(619)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras.

Águas de Condessa S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período compreendido entre 22 de maio de 2020

(data da constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 22 de maio de 2020 (data da constituição)	-	-	-
Subscrição e integralização de capital	10	-	10
Prejuízo do exercício	-	(619)	(619)
Saldos 31 de dezembro de 2020	10	(619)	(609)
Aumento de capital	5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício	-	(672)	(672)
Saldos 31 de dezembro de 2021	5.010	(1.291)	3.719

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

Águas de Condessa S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período compreendido entre 22 de maio de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(672)	(619)
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	95	-
Ônus da concessão	395	-
Encargos financeiros, despesas e receitas de juros	655	-
Juros e IOF sobre mútuo	239	6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	956	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79	(79)
Prejuízo ajustado	1.747	(692)
Variações no ativo		
Contas a receber	(4.160)	-
Estoques	(88)	(31)
Depósitos judiciais	(143)	-
Tributos a recuperar	(9)	-
Despesas antecipadas	(57)	-
Outros créditos	6	(7)
Créditos com partes relacionadas	(11)	-
Variações no passivo		
Fornecedores	237	85
Débitos com partes relacionadas	87	5
Obrigações tributárias	92	-
Obrigações trabalhistas	354	3
Outros exigíveis	78	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	(3.614)	55
Ônus da concessão pago	(96)	-
Juros pagos	(456)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.419)	(637)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(243)	(109)
Adições ao intangível	(5.157)	(10.110)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.400)	(10.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	10
Captações de empréstimos e financiamentos	13.000	-
Captações de empréstimos de mútuo	5.225	10.847
Amortização de obrigações por arrendamento	(6)	-
Amortização de empréstimos de mútuo	(10.337)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	7.882	10.857
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	63	1
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	64	1
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	63	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período compreendido entre 22 de maio de 2020 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A Águas da Condessa S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Praça Garcia nº 58, sala 213, Centro, Município de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Paraíba do Sul (Concedente) e a Águas da Condessa S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 001/2020 que deu origem ao contrato de nº 070/2020, de 09 de junho de 2020, com vigência de 35 anos, a partir da data da efetiva assunção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário e, por conseguinte, dos serviços deles inerentes, ocorrida em 08 de dezembro de 2020.

Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R\$ 10.000, e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,0% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à Secretaria Municipal de Governo, em atendimento ao Decreto Municipal nº 1.802 de 03 de janeiro de 2020.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Paraíba do Sul sem contrapartida financeira.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$10.723 em 31 de dezembro de 2021. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. Adicionalmente, os acionistas da Concessionária possuem habilidade e intenção de prover recursos financeiros adicionais, se necessidade houver.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Impactos da Crise da COVID-19

No contexto da crise da COVID-19, foi instaurado o Comitê de Crise e de Continuidade do Negócio, adotando medidas visando a preservação da saúde, segurança e bem-estar de nossos colaboradores, bem como a garantia de atendimento integral à sociedade para a qual atuamos. Desta forma, o Grupo implementou um plano com o objetivo de viabilizar a continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestrutura tecnológica (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalhos remotos (*home office*), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação do programa de vacinação contra a gripe, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais e a implementação de novas funcionalidades na agência virtual, de forma a migrar o atendimento dos clientes para os canais remotos.

A Administração do Grupo Águas do Brasil analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de COVID-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Concessionária no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Concessionária atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Concessionária e, também, a moeda de apresentação.

Alguns saldos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados para uma melhor apresentação das Demonstrações financeiras. Estas reclassificações não são materiais para as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto e não alteram nenhum indicador de performance da Concessionária.

Em 30 de março de 2022, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 - Principais políticas contábeis

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Concessionária apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Concessionária classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Receita operacional

i) Receita de contrato com o cliente

As receitas de prestação de serviço de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são contabilizadas através do ajuste por competência.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral.

3.5. Intangível e ativo de contrato

i) Reconhecimento e mensuração

O intangível e ativo de contrato estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por dedução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Contratos de concessão

As Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Concessionárias) possuem contratos de concessão pública de serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelos serviços, durante a sua vigência. Assim, a Concessionária reconhece como ativo intangível esse direito.

A amortização do ativo intangível e ativo de contrato refletem o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária.

3.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, exceto no caso de ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos investimentos expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro, nos termos de um contrato de repasse, e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; (iii) nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento se seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração do valor justo

A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Concessionária.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Concessionária determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Concessionária determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado(instrumentos de dívida)

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Companhia mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Concessionária mantém instrumentos financeiros derivativos, através de contratos de *swap*, para proteger suas exposições aos riscos de variação de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as suas variações são registradas no resultado.

A Concessionária não possui derivativos de natureza especulativa e não utiliza contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Em 2021, não foram identificados eventos que indicassem a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.11. Destinação do resultado

No encerramento do ano, a Concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas, na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas Demonstrações financeiras, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Concessionária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Provisões para contingências

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação da Administração e de seus assessores legais, de acordo com a quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis.

3.13. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a empresa patrocinadora, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela empresa, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a empresa.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no período corrente.

3.15. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Partes relacionadas

A Concessionária reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com seus acionistas e com as empresas a eles ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas relações contratuais formalizadas.

3.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Concessionária e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os seus recebíveis, de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Concessionária para o exercício de 2021. A Concessionária pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Concessionária ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

3.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Concessionária e suas investidas pretendem adotar tais normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 – Contratos de seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante e não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das Demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Vida útil dos ativos imobilizados, intangíveis e ativos de contrato

A vida útil classificada no imobilizado, intangível e ativos de contrato refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Concessionária. Anualmente, a Concessionária revisa a vida útil desses ativos.

Provisões para contingências

A Concessionária reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

Contas vencidas há mais de seis meses

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

Contas vencidas há mais de um ano

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social, as notas fiscais com:

- Valores até R\$ 5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores até R\$ 15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$ 5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$ 15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$ 30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$ 100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 - Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Concessionária têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da empresa, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 - Fatores de risco financeiro--Continuação

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e riscos de preços.

(i) Risco cambial

As operações efetuadas pela Concessionária são realizadas no mercado interno e, portanto, não são afetadas pela variação cambial.

(ii) Risco de taxas de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros decorre da possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, indexados à variação do CDI e TJLP.

(iii) Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados pela Concessionária são reajustados de acordo com índices definidos no contrato de concessão. As tarifas, de acordo com os contratos de concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é representado por contas a receber dos consumidores e clientes da Concessionária em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pelos serviços prestados a uma base de clientes pulverizada. A Concessionária possui provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber no montante de R\$ 457 em 31 de dezembro de 2021 para fazer face aos riscos de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 - Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Concessionária.

A Concessionária mantém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 64 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota Explicativa nº 6.

5.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total de financiamentos e derivativos (Nota Explicativa nº 13)	13.238	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	(64)	(1)
Dívida líquida	13.174	(1)
Total do patrimônio líquido	3.719	(609)
Total do capital	16.893	(610)

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo:		
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>64</u>	<u>1</u>
	<u>64</u>	<u>1</u>
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	<u>3.238</u>	<u>-</u>
Outros ativos	<u>1</u>	<u>7</u>
	<u>3.239</u>	<u>7</u>
Passivo:		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	<u>13.234</u>	<u>-</u>
Arrendamentos	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>13.238</u>	<u>-</u>

6 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e depósitos bancários à vista, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	<u>64</u>	<u>1</u>

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 – Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

As contas a receber estão compostas como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes (a)	3.234	-
Clientes - parcelamento (b)	421	-
Pontos arrecadadores (c)	40	-
	<u>3.695</u>	-
Perdas de créditos esperadas no contas a receber	(457)	-
Total	<u>3.238</u>	-

- (a) A conta “Clientes” representa o saldo de contas emitidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (Ajuste por Competência).
- (b) A conta de “Clientes - parcelamento” refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.
- (c) Os “Pontos arrecadadores” são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer		
Faturado	992	-
Não faturado	585	-
Vencidas		
Até 30 dias	748	-
De 31 a 60 dias	281	-
De 61 a 90 dias	210	-
De 91 a 180 dias	439	-
Mais de 180 dias	440	-
Total	<u>3.695</u>	-

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 – Estoques

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Produtos químicos e materiais de laboratório	65	31
Materiais de segurança	54	-
	<u>119</u>	<u>31</u>

Os materiais classificados nesta conta são utilizados na reposição ou instalações nas redes de água e esgoto.

9 – Ativo de direito de uso

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	11	(7)	4	-	-	-

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2020		Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021	
	-	10			(6)	4
Imóveis	-	10		(6)	4	

10 - Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	204	(34)	170	100
Veículos	20%	21	(2)	19	-
Móveis e utensílios	10%	125	(10)	115	9
Total		<u>350</u>	<u>(46)</u>	<u>304</u>	<u>109</u>

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 - Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	100	104	(34)	170
Veículos	-	21	(2)	19
Móveis e utensílios	9	118	(12)	115
Total	109	243	(48)	304

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-
Moveis e Utensílios	-	9	-	9
Equipamentos de Informática	-	100	-	100
Total	-	109	-	109

11 – Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização anual	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	23	(2)	21	-
Outorga	2,87%	10.000	(287)	9.713	10.000
Concessão/Infraestrutura		616	(39)	577	67
Infraestrutura em construção		4.628	-	4.628	43
Total		15.267	(328)	14.939	10.110

Os valores reconhecidos no Intangível e acima demonstrados como concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2021 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Amortização acumulada	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
Máquinas e equipamentos	616	(39)	577	67

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do intangível e ativo de contrato:

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
Softwares e aplicativos	-	23	(2)	21
Outorga	10.000	-	(287)	9.713
Concessão/Infraestrutura	67	549	(39)	577
Infraestrutura em construção	43	4.585	-	4.628
	10.110	5.157	(328)	14.939

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2019	Adições	Transferências	31/12/2020
Softwares e aplicativos	-	-	-	-
Outorga	-	10.000	-	10.000
Concessão/Infraestrutura	-	67	-	67
Infraestrutura em construção	-	43	-	43
	-	10.110	-	10.110

12 - Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

Tipo Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Mercadoria	203	83
Serviços	9	2
Infraestrutura	105	-
Outros	5	-
Total	322	85

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos e Financiamentos				
Capital de giro (a)	CDI	1,35%	13.338	-
(-) Custos de transação			(104)	-
Total de Empréstimos e Financiamentos			13.234	-
Circulante			13.234	-
Não circulante			-	-
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (b)		7,5% a.a.	4	-
Circulante			4	-
Não circulante			-	-
Endividamento total			13.238	-
Endividamento total - Circulante			13.238	-
Endividamento total - Não circulante			-	-

13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	-
Captações	13.249
Custo de transação pago	(249)
Juros e encargos financeiros	544
Apropriação de custo de transação	145
Amortização de juros	(455)
Saldo final	<u>13.234</u>
Arrendamentos	
<u>31/12/2021</u>	
Saldo inicial	-
Adições	10
Juros e encargos financeiros	1
Amortização de principal	(6)
Amortização de juros	(1)
Saldo final	<u>4</u>

Em junho de 2021 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 13.249, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como devedor solidário. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 11 (onze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, com vencimento final para junho de 2022. Seus empréstimos não possuem cláusulas restritivas.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 – Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS/COFINS/CSLL retidos	10	-
ISS	7	-
IRRF	18	-
PIS	16	-
COFINS	72	-
Total	<u>123</u>	-

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição e movimentação dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Resultado</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	10	(10)	-
Outros	69	(69)	-
Ativo fiscal diferido	<u>79</u>	<u>(79)</u>	-

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda - diferido	58	(58)
Contribuição social - diferido	21	(21)
Total	<u>79</u>	<u>(79)</u>

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação da taxa efetiva:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(593)	(698)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	202	237
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes - despesas indedutíveis	(2)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(207)	(158)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(72)	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u>(79)</u>	<u>79</u>
Alíquota efetiva	<u>(13,15%)</u>	<u>11,32%</u>

16. Depósitos judiciais e provisões para contingências

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	<u>Provisões</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Provisões</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Cíveis	-	143	(143)	-	-	-
Total	-	<u>143</u>	<u>(143)</u>	-	-	-

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de depósitos judiciais é de R\$ 143.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 388 para contingências cíveis.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	11	-
Passivo circulante:		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	-	5
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	92	-
Passivo não circulante:		
Contratos de mútuo		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	948	-
Total do passivo	<u>1.040</u>	<u>-</u>
Resultado com partes relacionadas	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custos		
Análises laboratoriais	(30)	-
Despesas		
Contrato de gestão (<i>Management Fee</i>)(a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(460)	-
Total resultado com partes relacionadas	<u>(490)</u>	<u>-</u>

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Movimentação do passivo de mútuo com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.:

Saldo em		Aporte de					Saldo em
31/12/2020	Empréstimo	capital*	Juros	IOF	Amortização	IRRF	31/12/2021
10.853	5.225	(5.000)	136	103	(10.337)	(31)	949
Saldo em							Saldo em
31/12/2019	Empréstimo	Juros	IOF				31/12/2021
-	10.847	5	1				10.853

* Refere-se a mútuo a pagar que foi baixado contra aporte de capital social, integralizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Concessionária como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

A seguir demonstramos as remunerações anuais dos administradores, considerando a participação na Unidade de Administração Central:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	9	-
Encargos sociais	2	-
Outros	1	-
Total	12	-

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R\$ 5.010 em 31 de dezembro de 2021 está representado por 5.010.000 (cinco milhões e dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 8 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 5.000, mediante capitalização de saldo de mútuo.

19 - Receita líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é composta como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	15.614	-
Receita de construção	3.203	-
Cancelamentos	(114)	-
Receita Bruta	18.703	-
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços	(1.384)	-
Descontos concedidos	(537)	-
Receita líquida	16.782	-

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 - Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	-	-
Ônus da concessão	(395)	-
Energia elétrica	(2.123)	-
Custo de construção	(3.203)	-
Materiais aplicados nos serviços	(1.292)	-
Salários e benefícios a empregados	(1.726)	-
Utilização de imóveis e telefonia	(4)	-
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(549)	-
Serviços de terceiros	(1.211)	-
Depreciações e amortizações	(40)	-
Outros	(81)	-
Total	<u>(10.624)</u>	-

21 – Despesas gerais e administrativas

São compostas como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	(956)	-
Salários e benefícios a empregados	(1.827)	(16)
Utilização de imóveis e telefonia	(91)	(26)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(156)	(1)
Serviços de terceiros	(2.069)	(547)
Despesas com contencioso	(3)	-
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(25)	(2)
Depreciações e amortizações	(51)	-
Outras	(739)	(98)
Total	<u>(5.917)</u>	<u>(690)</u>

Águas de Condessa S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 – Receitas (despesas) financeiras

São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	33	-
Juros e multas vinculadas à operação	128	-
Total	161	-
Despesas financeiras		
Juros de mútuo	(135)	(5)
Juros com empréstimos e financiamentos	(544)	-
Juros sobre arrendamentos	(1)	-
Tributos sobre operações financeiras	(114)	(1)
Descontos concedidos	(92)	-
Outras	(162)	(2)
Total	(1.048)	(8)

23 - Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
D&O - RC Administradores	27/09/2021 a 27/09/2022	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	10.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2021 a 31/12/2022	82.103
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	65.000
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	5.000
Garantia de concessão	08/12/2021 a 08/12/2022	900

Contadora

Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora - CRC/RJ 100510/O-9
CPF: 080.376.027-29